

Senadores vão votar, na quarta-feira, requerimento para que o ex-ministro da Saúde de Bolsonaro preste novo depoimento. Congressistas pretendem instalar uma equipe de checagem de fatos em tempo real

Pazuello deve voltar à CPI

» BRUNA LIMA
» RENATO SOUZA

Antes protegido por um habeas corpus, agora o ex-ministro Eduardo Pazuello pode ser confrontado novamente na CPI da Covid sem o direito de ficar calado e sob ameaças mais agressivas de prisão no caso de falso testemunho. Aliás, a maioria dos depoentes que já passaram pela sabatina pode retornar à comissão que, desta vez, promete instalar uma equipe de checagem de fatos em tempo real. O relator, Renan Calheiros (MDB-AL), defende o serviço como uma atividade complementar, enquanto integrantes da base do governo alegam que a medida serve para a construção do relatório dentro de um script que já escolheu culpados.

Na quarta-feira, está previsto votar o requerimento para uma convocação de Pazuello. A afirmação foi feita pelo presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), ontem, durante live do canal Grupo Prerrogativa. O senador definiu a passagem de general pelo Congresso como "hilária", em razão das contradições feitas pelo depoente nos dois dias. "A presença do Pazuello é hilária. Porque ele consegue, de todos os fatos concretos, (...) criar uma versão de 'um manda e o outro obedece', como se fosse uma brincadeira. Por isso, ele está sendo convocado novamente", afirmou.

A ideia é pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que não conceda um novo habeas corpus que proteja Pazuello de sofrer constrangimentos, como ameaças de prisão, e garanta o direito de ficar em silêncio ao ser questionado. "Espero que o Supremo permita que os nossos trabalhos possam ser feitos na forma normal. Não estamos aqui para matar, crucificar, enforcar alguém."

Na mesma linha, o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues, afirmou que as falas de Pazuello também estão sujeitas a acareações e chegou a dizer que o depoente pode ter cometido o crime de homicídio culposo, ou seja, sem intenção de matar, por se omitir na pandemia e deixar a população morrer. "Para acusar o ex-ministro Pazuello de homicídio culposo, tem que constar no relatório final, e ser encaminhado ao Ministério Público Federal. Se ele tivesse foro, iria para a Procuradoria Geral da República. Como não tem, cabe ao Ministério Público avaliar qual o foro para eventual denúncia penal", completou, em conversa com a imprensa após o término do depoimento.

Para contribuir com as apurações, o relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou que existe a pretensão de se contratar uma agência de fact checking, que faria a verificação em tempo real das declarações dadas pelas testemunhas durante os depoimentos. A ideia surgiu após oitiva do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, a quem o senador atribuiu pelo menos 14 afirmações inconsistentes.

"O depoente mentiu flagrantemente. Ousou negar suas próprias declarações. Essa é uma nova cepa: a negação do negacionismo", afirmou Calheiros durante a sessão de quinta-feira (20), alegando que a conduta significa "tripudiar" os trabalhos. "Nós precisamos que se respeite a CPI." O serviço de checagem seria uma

O que eles disseram

Relembre os pontos de destaque dos depoimentos dados à CPI da Covid até agora



Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde
4 de maio

Avaliado como o depoimento mais comprometedor entre os ex-ministros da Saúde do governo Bolsonaro, Mandetta revelou a existência de um gabinete paralelo, onde tentou-se propor a alteração da bula da cloroquina para tratamento de pacientes com covid-19. Sobre o motivo determinante da demissão, Mandetta disse: "Eu não pediria jamais demissão do cargo (...). Meu compromisso era com meu paciente chamado Brasil. Mas também não negociaria os valores e a formação que eu tenho".



Nelson Teich, ex-ministro da Saúde
5 de maio

Com passagem relâmpago pelo ministério, Teich atribuiu à falta de autonomia o pedido de demissão. Ele admitiu que a pressão por protocolar o uso da cloroquina para pacientes com covid-19 foi peça-chave na saída. "Enquanto a minha convicção pessoal, baseada em estudos, era de que naquele momento não existia evidência para liberar, existia um entendimento diferente por parte do presidente", disse, confirmando que outros profissionais amparavam o presidente.



Marcelo Queiroga, atual ministro da Saúde
6 de maio

Como esperado de um atual ministro da Saúde, o cardiologista desviou de responder qualquer questão que pudesse comprometer ainda mais a imagem do chefe. "Não posso fazer juízo de valor", alegou por mais de uma vez. Queiroga negou que pronunciamentos públicos de Bolsonaro contrários à vacinação tenham impactado a adesão desta estratégia que, para o médico, é "a solução para a pandemia". Sobre atrasos e descompasso nas aquisições dos imunizantes, Queiroga admitiu que o governo superestimou as compras, mas não entrou em detalhes de decisões de gestões anteriores.



Antonio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa
11 de maio

Sem fazer menção direta ao presidente da República, Barra Torres divergiu de quase todas as ações do mandatário que provocaram mensagem dúbia à população, como o não uso de máscaras, promoção de aglomeração, negação da gravidade do vírus e defesa ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada. O diretor-presidente confirmou a versão de Mandetta de tentativa de alteração da bula da cloroquina e defendeu o tratamento precoce sob outra ótica. "Na minha posição sobre o 'tratamento precoce' não contempla essa medicação (cloroquina). Contempla a testagem, o diagnóstico e, obviamente, a observação de todos os sintomas".



Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação da Presidência
12 de maio

Apesar de confirmar que o Planalto demorou dois meses para acolher uma carta da Pfizer que pedia urgência na resposta, Wajngarten tentou blindar a responsabilidade do presidente. À revista *Veja*, o ex-secretário teria afirmado que a demora ocorreu por "incompetência" do Ministério da Saúde, versão que não sustentou durante a oitiva. "O ex-ministro Pazuello foi corajoso em assumir uma pasta no pior momento do Brasil", disse. Acusado de desviar o foco das perguntas e de mentir para defender o ex-chefe, Wajngarten chegou a ter pedido de prisão solicitado por falso testemunho, mas o presidente da CPI, Omar Aziz, negou.



Carlos Murillo, presidente da Pfizer na América Latina
13 de maio

Confirmando o que foi dito por Fabio Wajngarten, o representante da Pfizer afirmou que a farmacêutica enviou uma carta a seis autoridades brasileiras e ficou sem resposta por dois meses. Ele ainda afirmou que as primeiras propostas garantiriam doses ainda para 2020, mas a ausência de contrato não permitiu o envio. Sobre a alegação do Ministério da Saúde de que a Pfizer teria feito exigências contratuais leoninas, Murillo não concordou com a classificação: "A Pfizer exigiu a todos os países as mesmas condições que ofereceu ao Brasil".



Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores
18 de maio

Como estratégia, o depoimento buscou proteger o presidente da República e a si mesmo, colocando sob o colo do Ministério da Saúde toda a responsabilidade pelas decisões da pandemia. Um exemplo foi a opção por uma proporção menor de vacinas por meio do mecanismo Covax Facility. Mesmo sendo autor de um artigo intitulado "Comunavírus" e ter feito diversas declarações públicas que geraram atritos diplomáticos, Araújo afirmou: "jamais promovi atrito com a China antes ou durante a pandemia". O depoente negou participar e disse desconhecer a existência de um gabinete de assessoramento paralelo.



Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde
19 e 20 de maio

Nos dois dias de depoimento à CPI da Covid, o general trocou o direito de permanecer em silêncio, conferido por meio de um habeas corpus, para blindar o presidente, caindo em contradição em diversos momentos. Ele negou interferência de Bolsonaro nas negociações com a CoronaVac, na mudança da apresentação dos dados diários da covid-19 e na ampliação da recomendação do uso de cloroquina, incluindo casos leves. Em determinado ponto, ao eximir Bolsonaro, chegou a puxar a responsabilidade para si próprio. "Eu não tive pressão do presidente Bolsonaro para tomar esta ou aquela decisão no ministério".

maneira de dar uma resposta imediata a mentiras que fossem ditas ao colegiado, o que poderia fundamentar a resposta dos senadores em tempo real e até pedido de prisão em flagrante.

Para a base do governo, a estratégia é de uma ala opositorista ao governo, em que "mentira virou sinônimo de não dizer o que eles querem ouvir". "Sempre que o depoente diz algo que foge ao script do relatório que desejam produzir, eles tratam como mentira", disse ao Correio o senador Jorginho Mello (PL-SC). Ele tratou com ironia a possibilidade de se contratar uma empresa para fazer checagem rápida. "Pelo andar da carruagem, em breve alguém defenderá a necessidade de um detector de mentiras." Diante do embate, o governista acredita que "a temperatura deve subir ainda mais porque, já neste início, vimos muita gente se sentindo muito à vontade no papel de inquisidor", criticou, afirmando que a CPI está sendo usada como palanque eleitoral.

Especialistas

O professor de direito constitucional Thiago Sorrentin, do Ibemec Brasília, acredita, no entan-

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 4/2/20



to, que não deve haver mais gastos com a formação da equipe, que pode ser formada por servidores do próprio Legislativo. "Compete à própria assessoria do Congresso, seja via Câmara ou Senado, fazer a contraposição dos dados apresentados pelos depoentes. Ou seja, embora a contratação de fact checking não seja ilegal, é um gasto público injustificável. É possível destacar o próprio corpo técnico do Parla-



A presença do Pazuello é hilária. Porque ele consegue, de todos os fatos concretos, (...) criar uma versão de 'um manda e o outro obedece', como se fosse uma brincadeira"

Omar Aziz, presidente da CPI da Covid

apuração oficial, a comparação entre o que foi dito e o fato que diverge. Sem definir, Calheiros apenas afirmou: "É um trabalho paralelo".

O professor Rodolfo Tamana, mestre em direito público pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em direito tributário pela Universidade de São Paulo (USP), avalia como positiva a iniciativa de checagem. "A CPI tem essa capacidade de investi-

gação, e pode, sim, se valer de ferramentas e serviços que ajudem a apurar os fatos que elas estão investigando. Em outras CPIs já se contrataram serviços específicos para ajudar na produção de provas. Eu não vejo nenhum problema", diz.

Ele destaca que independentemente do resultado das investigações no Senado, o Ministério Público pode colher suas provas, mas é comum que se aproveite profundamente o material enviado pela comissão. "Após a CPI, se o relatório reconhecer que existe a prática de ilícitos, essas provas devem ser enviadas ao Ministério Público. A comissão, em sua parte semelhante ao Judiciário, tem competência para investigação... O MP pode receber o material da CPI e considerar como uma suspeita de indício de crime, e conduzir sua própria investigação. Mas também pode avaliar quais provas foram produzidas de forma correta, e se valer deste material. Normalmente ele faz uma investigação própria dele. E pode propor a responsabilização civil ou criminal destes suspeitos", completa.

Colaborou Sarah Teófilo

Arte de Valdo Virgo com fotos de Jefferson Rudy, Sergio Lima, Evaristo Sá e Edilson Rodrigues/D.A Press